POLÍCIA E CIDADANIA*

PATRUS ANANIAS DE SOUZA

Vereador do Partido dos Trabalhadores

Resumo: *Enfoca os direitos e garantias individuais e coletivos e o papel da Polícia Militar como guardião do cidadão e da cidadania, ao cumprir seu papel pedagógico, informativo e preventivo.*

Entre os direitos fundamentais do homem, consubstanciados na Declaração Universal dos Direitos do Homem, proclamados pelas Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948, está o direito à segurança. A rigor, toda a constelação dos chamados direitos individuais e coletivos gira em torno de um astro central: o Direito à vida. Preservar a Vida, bem maior e misterioso, desafio permanente às possibilidades do conhecimento e do saber, do amor e do convívio, tem sido, ao longo dos séculos e dos milênios, o Norte orientador de todos aqueles que insistem na viabilidade do projeto humano. O ser humano possui atributos inerentes ao seu direito de viver. Historicamente, esses atributos foram se materializando em direitos e liberdades, que vão do pensamento indomesticável às manifestações religiosas e culturais, da pesquisa e da indagação científica e filosófica às relações sociais, que fundamentam as associações para os mais variados fins, as manifestações e criações coletivas e o exercício da cidadania.

O homem revela, ao longo do tempo, a sua vocação social. "Animal político", na expressão de Aristóteles, o homem busca a companhia do seu próximo. O homem isolado na sua ilha ou auto-suficiência é tema de ficção. Concretamente, é o homem convivendo, de forma construtiva e solidária, ou de forma conflitiva e guerreira com o seu semelhante. Se, de um lado, o homem busca a companhia do outro, esta relação vem marcada por sentimentos e práticas antagônicos: ora florescem as possibilidades da cooperação, do diálogo, da solidariedade e da partilha, ora prevalece o lado sombrio da competição e da concorrência sem limites, da dominação, da violência.

Na esteira da ordem jurídica, que tem a inspirá-la os princípios da ética e do Direito Natural, emerge como instrumento coativo, da norma o braço armado do Estado, expressão formal da sociedade. O Direito, enquanto instrumento regulador das relações, encontra a sua justificativa, como o próprio Estado, na superação da barbárie, do egoísmo sem limites que gera a violência e a injustiça, da lei do mais forte.

* Palestra proferida no dia 5 de junho de 1991

Quando perdem a sua dimensão ética, as suas motivações sociais e humanas mais profundas, o Direito e o Estado negam a sua própria razão de ser e se tornam agentes de tudo aquilo que se propunham superar ou pelo menos atenuar: tornam-se agentes da opressão, da exploração dos mais fracos, da arrogância, da força bruta, do poder sem regras.

No atual estágio da civilização, os homens ainda não adquiriram a capacidade de se autonormatizarem e autodisciplinarem em função dos direitos alheios, do interesse público, do bem comum e da justiça social. O preceito evangélico de não fazer aos outros o que não quero que me façam ainda não impregnou as consciências e as culturas. Impõe-se, portanto, a presença de uma força normatizadora que assegure os direitos e as liberdades de todos. Que estabeleça os limites e os freios necessários às exigências de uma sociedade decente e razoável, onde a Vida e os direitos que a fundamentam e promovem sejam respeitados. Mas é dever do Estado também promover o bem comum, criar as condições necessárias para que a vida, e particularmente a vida humana, se manifeste em todo o seu esplendor e riqueza. As instituições e órgãos do Estado tanto mais merecerão o respeito dos cidadãos quanto expressarem, com legitimidade e eficácia, os objetivos éticos e as razões práticas que levaram ao seu surgimento. Nesse contexto, as forças policiais e militares, aqueles a quem a sociedade delegou a sua segurança, têm papel relevante e responsabilidade de alta expressão. Em primeiro lugar, existem em função das demandas sociais. Não mais a lei do mais forte, a lei de Talião, mas a lei do Estado, expressando e traduzindo desejos e vontades coletivas. A sociedade desarmada entrega a sua segurança nas mãos de agentes públicos, servidores públicos. Relação perigosa e desigual, mas necessária para que os sentimentos menores e egoísticos não prevaleçam.

O perigo e a desigualdade só se atenuam e justificam quando, em última análise, as normas e as regras democraticamente estabelecidas são efetivamente observadas por aqueles que têm o dever primeiro de respeitá-las e defendê-las. Em outras palavras: quando o poder armado subordina-se ao poder civil, e este conforma-se às opções majoritárias da sociedade e respeite os direitos das minorias. O poder armado não pode ser um poder em si mesmo, buscando os seus próprios fins, estabelecendo as suas próprias regras, tendo os seus próprios tribunais. Não há como dissociá-lo da fonte inequívoca de todo poder temporal: a vontade popular livre e democraticamente manifestada através de instrumentos que foram e estão se consoli-

dando ao longo da caminhada humana sobre o nosso belo e delicado planeta.

As instituições militares configuram uma necessidade no atual momento histórico e podem ser importante instrumento no aperfeiçoamento das relações humanas, cumprindo papel pedagógico, informativo e preventivo. Ou quando cumprem missões que beiram os limites da abnegação e do heroísmo, como é o caso dos bombeiros, dos que atuam na área ambiental e no convívio mais direto com crianças, idosos e pessoas portadoras de deficiência.

Heroísmo que pode se manifestar também na proteção social contra os nossos irmãos mergulhados na zona sombria da criminalidade, da destrutividade, do ódio. Tanto mais heróica a ação policial quanto se fizer nos limites da lei e do respeito à dignidade e aos direitos fundamentais da pessoa humana. O enfrentamento do crime nas suas várias manifestações e a garantia da ordem pública, expressão esquivada de múltiplas interpretações, colocam os homens que integram o braço armado da sociedade, muitas vezes, em situações-limite. Há o risco concreto de vida. Não cabe negar a dramaticidade dessa difícil função.

Podemos, talvez, levantar algumas luzes, a partir de indagações, que ampliem os horizontes de uma discussão que muitas vezes se faz de forma emocional, estreita e sectária.

1º) Até que ponto as injustiças sociais, a iníqua concentração de riquezas, bens e poderes nas mãos de uma minoria e a crescente miserabilização da maioria não é fator de criminalidade? Até que ponto as responsabilidades e os riscos policiais aumentam em face da pobreza, da desintegração das famílias, da fome, do desemprego, dos salários incompatíveis com as exigências de uma vida digna, dos milhões de crianças que nas ruas aprendem os caminhos da marginalidade e da disputa pela sobrevivência a qualquer custo?

2º) Até que ponto os valores consagrados, a partir da imposição de poderosos interesses econômicos e dos meios de comunicação, pela própria sociedade, com a concorrência como sendo norma suprema da vida, o individualismo, a busca a qualquer preço dos bens materiais, do lucro, do *status* e da ascensão social, erigidos em novos deuses; a ganância, a gratuita violência televisiva não contribuem também para o mal estar das pessoas e as manifestações agressivas, violentas e anti-sociais? E o mau exemplo de tantas autoridades? E a impunidade? E os crimes do colarinho branco?

3º) As delicadas e espinhosas atribuições policiais e militares não impõem uma nova concepção de seu papel na sociedade? Melhor preparo técnico e humano, recursos mais adequados e modernos,

salários condizentes com o nível de responsabilidade de quem pode usar armas em nome da segurança e da paz de seus concidadãos?

Uma coisa penso ser inadmissível: incorporar as práticas daqueles que a Polícia combate. Disseminar a violência. Abrir mão da racionalidade e dos princípios mais elementares de humanidade, ceder à tentação da vingança e da violência preventiva. Voltar as armas que lhe foram confiadas pelo povo contra o próprio povo, especialmente os pobres e trabalhadores. A Polícia Militar de Minas Gerais tem a inspirá-la um alferes rebelde, insubmisso aos poderosos do seu tempo, fiel aos anseios de liberdade de sua gente. A autoridade não dispensa, antes pressupõe a liberdade e o exercício maduro e consciente da cidadania. Soldados e oficiais militares não de escravos, mas de homens livres.

E a cidadania, cuja guarda a sociedade confiou às corporações armadas? Os direitos do cidadão, categoria reservada infelizmente a uma pequena parcela de brasileiros, encontram a sua expressão nos chamados direitos civis, nos direitos políticos e nos direitos sociais ou coletivos.

Os direitos civis não se confundem com o Direito Civil, embora incorpore os direitos de personalidade: direito ao nome, à boa imagem, à privacidade; direito de celebrar contratos e assumir obrigações, contrair matrimônio e constituir família. Incorpora também direitos relativos à legislação penal: presumibilidade de inocência, não ser submetido a tortura, tratamento cruel, desumano ou degradante; ser reconhecido como pessoa, titular de direitos, em todas as situações e lugares; direito de defesa, assistência de advogado, etc.

Ainda: direito ao princípio processual do contraditório, de petição nas esferas administrativas e judicial, de obter certidões. Direito de associação, de expressão religiosa, de pensamento e manifestação, de pesquisa e conhecimento, direito de ir e vir.

Alguns vinculam aos direitos civis, ampliando-lhes a abrangência, os direitos políticos: votar e ser votado, participar de organizações políticas e partidárias, acesso às informações; direito de participar de manifestações pacíficas e não-violentas, direito de acesso aos espaços públicos, direito de difusão das idéias.

Os direitos sociais emergem a partir do século passado na esteira da revolução industrial. Conquista dos trabalhadores. Direito ao trabalho e direito ao salário condigno, capaz de atender às necessidades básicas como alimentação, vestuário, moradia, transporte, lazer, educação e saúde; direito ao meio ambiente saudável; ao saneamento básico; direito de acesso aos bens da cultura. Direito de livre organização sindical, de segurança no emprego e de greve. De-

mais direitos e conquistas trabalhistas e previdenciárias: jornada de trabalho, descanso e repouso semanal remunerado, férias, proteção contra o trabalho insalubre ou perigoso, garantias específicas à mulher e ao menor, aposentadoria, auxílio-doença, pensão aos dependentes em caso de morte, seguro-desemprego. Tantos ainda não se materializaram efetivamente no Brasil, onde os direitos sociais ou coletivos chegaram tarde.

Hora de terminar. O que dizer por fim? Reafirmo que a Polícia é elemento imprescindível, constitutivo do Estado de Direito Democrático; guardião dos direitos da cidadania. Não posso vê-la a serviço de interesses ou de grupos. Mesmo às autoridades constituídas serve e deve lealdade e obediência nos limites da lei e do bem comum. Os ditadores, os que oprimem o povo, os que usam o poder em proveito próprio ou de pequenos e poderosos grupos, os que rasgam a Constituição e as Leis não merecem lealdade ou obediência. Somos todos, policiais e homens públicos, servidores do povo. Mais do que servidores, os senhores são defensores do povo. Somos todos servidores do povo e construtores da vida. O exercício de todo poder, sobretudo quando implica o uso das armas, alcança a sua dignidade maior no respeito e na compaixão. Na prevalência do amor sobre o ódio. Do perdão sobre a vingança. Os criminosos pertencem também à sofrida condição humana. São nossos irmãos. Entre expor a sociedade aos seus intuits e tentar erradicá-los pela força, vai o equilíbrio aristotélico que cria os mecanismos inteligentes e racionais de segurança e coerção, do bom preparo das forças policiais para bem cumprir sua missão e o respeito devido a todo ser humano, que abre as portas da recuperação, da conversão e da reintegração social. Lembrando sempre que somente as sociedades que promovem e respeitam efetivamente os direitos da cidadania podem exigir condutas e comportamentos dignos de um cidadão!

Abstract: Police and Citizenship. *It slows the right and individual garanties in its full and entire paper of police as citizen protector and it makes the paper of teaching and prevention to us.*

Artigo recebido em 10 de junho de 1991

UMA VISÃO CRÍTICA DO SISTEMA POLICIAL BRASILEIRO*

KLINGER SOBREIRA DE ALMEIDA

Coronel da Reserva, ex-Comandante da Academia de Polícia Militar da PMMG.

Resumo: O trabalho, dividido em três partes, e do qual ora se publica a primeira, faz uma análise crítica do sistema policial brasileiro, apresentando uma visão doutrinária/conceitual e sugestões para a correção do rumo até agora seguido pela organização policial, tomada a expressão com sentido abrangente.

I – UMA VISÃO DOUTRINÁRIA/CONCEITUAL

1 INTRODUÇÃO AO TEMA

a. Enfoque doutrinário especulativo

A visualização de uma comunidade – coletividade de pessoas – sedimentada, cristalizada e politicamente organizada implica o enfoque de um espectro multivariado de partes, interativas e sinérgicas, que desempenham papéis fundamentais a sua sobrevivência, crescimento/desenvolvimento. São papéis intrínsecos à gênese da própria comunidade. Enquanto as partes são instituições incumbidas do mister (cada uma de per si): desempenho de um ou mais papéis sociais.

Exemplificando:

– Inexiste comunidade sem atividade produtiva. Esta é desenvolvida pela instituição econômica que se configura num imenso espectro de variados matizes: indústria, comércio, agricultura, serviço, etc.

– As instituições de saúde (estatais com o poder normativo e de execução e as particulares) desempenham o papel vital de controle das endemias e epidemias e prevenção/proteção ou socorro nos casos de doenças, acidentes, etc. Velam e propugnam pela saúde comunitária.

– A formação física, moral e intelectual, assim como o desenvolvimento das pessoas que compõem ou venham a compor a comunidade constituem missão do sistema educacional.

As instituições, como dissemos e voltamos a reprimir, são um espectro multivariado de partes que correspondem ao “n” leque de papéis vitais à sobrevivência, crescimento/desenvolvimento da comu-

* Palestra proferida no VI Seminário de Policiologia em 10 de junho de 1991 na Academia de Polícia Militar da PMMG.

nidade. Nos exemplos retro, citamos, à guisa de clarificar o tema, alguns papéis e instituições. Vejamos, em seqüência, outra faceta importante na vida da comunidade, e o espectro de instituição que emerge para o cumprimento do respectivo papel social.

Comunidade, nunca é demais repetir, representa coletividade de pessoas. Seres humanos de diferentes sexos, idades, famílias, raças, profissões, características físicas e mentais, personalidades, etc. É um torvelinho de emoções, anseios, inquietações, ansiedades, carências, taras, etc. Essas pessoas, na complexidade das intensas interrelações de toda ordem e natureza, para conviverem em harmonia e até certo ponto sincronizadas/sintonizadas, necessitam de normas que as ordenem, que regulem as relações, que imponham o respeito mútuo, que protejam o conjunto e a individualidade, que disciplinem as atividades, que garantam os direitos fundamentais do indivíduo e da coletividade, enfim, precisam de regras que assegurem a ordem pública. E existindo as normas (a comunidade acha-se sedimentada e politicamente organizada) seria utópico supor que todo membro da comunidade ostentasse um elevado grau de **clarividência espiritual** ou **consciência moral** para acatá-las espontaneamente.

A realidade mostra o contrário. Há uma tendência de infringir a norma; de os fortes sobrepujarem ou esmagarem os fracos; de os esertos fazerem os de boa-fé ou incautos sucumbirem; de uma minoria querer se impor pela violência; de uma parte querer apenas locupletar-se sem participar do esforço produtivo. Há uma tendência à liberação dos instintos animais. Ora, num quadro assim – a humanidade, na verdade, ainda se acha no estágio do **lobo** – há de nascer com a comunidade, compondo a sua gênese, a noção do papel de prevenção/proteção contra os desvios individuais/grupais que possam comprometer a convivência harmoniosa e pacífica na malha das relações sociais. E com a noção do papel há também de se ter um corolário natural: o desenho da instituição que cumprirá a missão, cujas raízes brotam simultaneamente na comunidade.

Assim emerge, a nosso ver, dentro de uma moldura especulativa, a noção da instituição denominada **Polícia**.

Diríamos, pois, que Polícia, instituição pertencente à órbita da Sociedade-Estado é, antes e acima de tudo, instituição de natureza comunitária (nascida na comunidade para o desempenho de um papel vital e fundamental).

Sua missão, em outras palavras, consiste em desenvolver ações que assegurem a tranqüilidade das pessoas que compõem, relacionam-se, convivem e desempenham diferentes papéis na comunidade.